

## Resenha

Recebido: 11.12.2016

Aprovado: 15.12.2016

\*Universidade de Coimbra

Portugal



## Recensão

Veyzon Campos Muniz\*

Virgínia Fehlberg Cardozo\*

Paul Krugman, Thomas Piketty, Joseph Stiglitz, *Debate sobre a Desigualdade e o Futuro da Economia*, Trad. Luís Manuel Boavida, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 2015, 62 p.

## RESUMO

A presente recensão constitui uma síntese dos principais pontos do *Debate sobre a Desigualdade e o Futuro da Economia*, promovido pela 92nd Street Y, entre PAUL KRUGMAN, THOMAS PIKETTY e JOSEPH STIGLITZ. Neste sentir, confere-se ênfase à exposição sintética das ideias e argumentos trazidos pelos autores em sua análise acerca do enfretamento das iniquidades socioeconômicas e suas perspectivas sobre o futuro da economia global, e, especialmente, norte-americana e europeia, a partir do presente contexto de crise. Por fim, assevera-se a contribuição científica da obra para o diagnóstico de problemas e para a reflexão sobre soluções de questões-chave para a afirmação do desenvolvimento social e econômico.

**Palavras-chave:** Economia; Direito ao Desenvolvimento; Estado de Crise; Perspectivas.

## Recession

## ABSTRACT

This review constitutes a synthesis of the main points of the Debate on inequality and future, promoted by 92nd Street Y, among Paul Krugman, Thomas Piketty and Joseph Stiglitz. In this sense, it gives emphasis to the summary of the ideas and arguments brought by the authors in their analysis about the coping of socioeconomic inequalities and their perspectives on the future of the global economy, and especially the American and European, from the present context of crisis. Lastly, it asserts to relevant scientific contribution for the diagnosis of problems and reflection on key issues solutions for the affirmation of social and economic development.

**Keywords:** Economy; Right to Development; State of Crisis; Prospects.

I – Paul Krugman (1953-), graduado e doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade de Yale e pelo MIT, é Professor na Universidade de Princeton, onde leciona e desenvolve pesquisas nas áreas de Economia e Relações Internacionais, com ênfase em Economia Política e Macroeconomia. Em 2008, recebeu o *Prêmio Nobel de Economia*, por seus estudos sobre os padrões comerciais e geográficos das atividades econômicas. É autor de diversas obras de grande vendagem e notável expressão acadêmico-científica, das quais se destacam: *Development, Geography and Economic Theory* (1995), *International Economics: Theory and Policy* (com Maurice Obstfeld; 1998), *Macroeconomics* (com Robin Wells; 2006) e *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008* (2008).

Thomas Piketty (1971-), graduado em Matemática e Economia pela Escola Normal Superior de Paris e doutorado em Filosofia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (França) e pela Escola de Economia de Londres, foi Professor de Economia do MIT e, atualmente, é Professor na Escola de Economia de Paris. Em 2002, recebeu o *Prêmio de Melhor Jovem Economista Francês* e, em 2013, ganhou o *Prêmio Yrjö Jahnsson*, conferido a economistas com menos de 45 anos que tenham contribuído significativamente a pesquisas econômicas na Europa. É autor de *Le Capital au XXI<sup>e</sup> siècle* (2013), eleito Livro do Ano pelo *Financial Times*, e *L'économie des inégalités* (2014).

Joseph Stiglitz (1943-), graduado e doutorado em Ciências Econômicas pelo MIT, é Professor na Universidade de Columbia, onde leciona e desenvolve pesquisas nas áreas de Microeconomia e Política Econômica. Foi Presidente do Conselho de Assessores Econômicos dos EUA, no governo Bill Clinton (1995-1997), e Economista-chefe do Banco Mundial (1997-2000). Em 1979, ganhou a *Medalha John Bates Clark*, conferida a economistas norte-americanos com menos de 40 anos que tenham contribuído significativamente ao desenvolvimento econômico e, em 2001, recebeu o *Prêmio Nobel de Economia*, por seus estudos sobre os fundamentos da teoria dos mercados com informações assimétricas. Igualmente, é autor de diversas obras de grande relevância científica e reconhecimento comercial, tais como: *Economic of Public Sector* (1986), *Frontiers of Development Economics: the Future in Perspective* (2000) e *The Price of Inequality* (2012) e *Creating a Learning Society: a new approach to growth, development, and social progress* (com Bruce C. Greenwald; 2015).

II – A obra recensionada apresenta a reprodução do debate promovido entre os autores, em 04 de março de 2015, pelo *92nd Street Y*, centro cultural nova-iorquino concebido com foco na promoção de diálogos culturais e artísticos, no âmbito do evento *7 Days of Genius*, moderado por Alex Wagner, jornalista norte-americana e comentarista política. Abordando diversos problemas fundamentais dos tempos atuais, a partir das falas dos três economistas, depreende-se um bom panorama da conjuntura socioeconômica global e das perspectivas de superação do *Estado de Crise*, que ora se insere e se combate.<sup>1</sup>

III – Stiglitz (p. 10), que já havia referido<sup>2</sup> que o processo de globalização contemporâneo se assemelha a um “pacto demoníaco” e que o mercado neoliberal fundamentalista sempre foi uma doutrina a serviço de certos interesses políticos, inicia o debate discorrendo sobre as *origens da crise de 2008*. Sendo bastante taxativo ao afirmar que havia necessidade de uma política orçamental de estímulos efetivos frete a economia que já apresentava sinais de quebra, aduz que a maior parte dos economistas e dos responsáveis governamentais nada fez.

<sup>1</sup> Fenômeno limitado no tempo, mas não temporário, que repercute no sistema social e econômico, denunciando iniquidades e liquidez nas relações humanas, consoante: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. *Estado de crise*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

<sup>2</sup> Vide: STIGLITZ, Joseph. *O Preço da Desigualdade: Como a Sociedade Dividida de Hoje Põe em Perigo o Nosso Futuro*. Lisboa: Bertand, 2013.

Com efeito, analisando o contexto pós-2008, Piketty (p.12) constata que a situação na Europa e, em particular, na Zona Euro, é muito ruim, apontando como principal aspecto de tal contexto crítico as iniquidades decorrentes do desemprego juvenil – sobretudo, nos países do Sul europeu. Na análise do cenário norte-americano, STIGLITZ (p.16) denuncia a carência de soluções político-econômicas a curto e médio prazo, nos seguintes termos:

A bola de cristal da economia mostra-nos um quadro muito turvo, [...] e a bola de cristal da política, mostra-nos um quadro realmente muito turvo, também. Se não mudarmos alguns dos aspectos fundamentais das políticas que hoje praticamos, prevejo que, no que se refere à desigualdade nos Estados Unidos, as coisas acabem por se tornar muito piores ainda.

Krugman (p. 18-20), ao seu turno, acrescenta que dadas as características constitucionais do sistema político, é efetivamente possível que, até mesmo nas melhores circunstâncias, muitas medidas necessárias sejam freadas. Elucidando, assim, que o enfrentamento da crise pressupõe a implementação de dispositivos de segurança (jurídica) do sistema financeiro; e revelando certo saudosismo ao pontuar que outrora o sistema (político) estabelecido fixava soluções, por vezes em termos errados, mas sensíveis aos argumentos (econômicos) porque não estava sujeito a uma polarização (ideológica) como é perceptível atualmente. STIGLITZ (p. 19), por conseguinte, sintetiza o diagnóstico da situação norte-americana, lecionando que: “o problema real é que os frutos do [...] crescimento não foram suficientemente partilhados e isso fez com que hoje os rendimentos de nível médio nos Estados Unidos sejam inferiores aos de há vinte e cinco anos”.

Alex Wagner (p. 26), oportunamente, questiona: se, frente à incapacidade do sistema político resolver as inequidades apontadas – “em parte porque as instâncias legislativas são ineficientes e em parte porque o dinheiro dispõe de um grande poder de intervenção nos processos políticos” –, a situação tende a melhorar ou haverá necessidade de uma ruptura com os atuais modelos governamentais. STIGLITZ (p. 26) responde de modo negativo ao questionamento, aduzindo que apenas problemas que podem ser objeto de iniciativas locais (como p.ex. a modulação de salários mínimos) poderão ser, efetivamente, resolvidos. Piketty (p.29), igualmente, não se mostra positivo frente à indagação, referindo, especificamente, que nos casos europeu e francês, os problemas sociais e ligados às desigualdades enfrentam dificuldades pela tentação das pessoas culparem umas às outras, “os trabalhadores estrangeiros, os países estrangeiros, as outras culturas e as outras religiões” – o que releva uma forte tendência à instabilidade social. Krugman (p. 31), em sentir semelhante, aduz que a *affinity fraud*<sup>3</sup> é endêmica na realidade política americana e, consequentemente, acarreta muitas dificuldades nas tomadas de decisões voltadas a soluções das problemáticas socioeconômicas.

IV – Em segmento específico, o debate segue com atenção sobre *o poder destrutivo da desigualdade*. Nas palavras de STIGLITZ (p. 32), “[...] a desigualdade causa certos efeitos particularmente destrutivos e socialmente perigosos”. Novamente, os elevados níveis de desemprego juvenil são apontados como notório fator de risco social latente. Adicionando-se desigualdades de base étnica, referindo-se que quando há um grande número de pessoas pobres que pertencem a um grupo particular e a pobreza deixa de ser etnicamente transversal - logrando, assim, uma dimensão racial –, os resultados tendem a ser destrutivos. Situações fáticas que são observadas e observáveis em diferentes países, mas que, em regra, aumentam as

<sup>3</sup> Expressão que traduz a ideia de uma espécie de afinidade tribal que faz com que as pessoas se deixem desfraldar facilmente por outras que pensam ser como elas.

probabilidades de conflitos sociais e comportamentos disfuncionais. Sintetizando seu posicionamento, de modo surpreendentemente otimista, o economista norte-americano salienta que:

[...] não lidamos com as simples forças sociais efetivas, com os poderes que controlam os mercados, com a exploração e a discriminação. Mas há aqui também um elemento de esperança, que nos diz que, se tomarmos medidas políticas adequadas, podemos mudar a situação atual. (p. 38)

Piketty (p. 33), por sua vez, pondera que se “tivermos uma igualdade completa em condições de pobreza, não seremos muito felizes”, explicando que níveis de desigualdade podem corresponder a diferentes opções de vida ou representar um incentivo a mudanças sociais. Todavia, problematiza-se que esse tipo de raciocínio, por vezes, pode ser utilizado para justificar níveis de desigualdade que são absolutamente injustificáveis. Afirmando-se que a globalização pode ajudar a reduzir a pobreza, desde que não se espere que o mercado apresente-se como solução uma e se adotem políticas que tornem o processo de globalização benéfico para a totalidade dos grupos e segmentos sociais. O economista francês e STIGLITZ (p. 39-40) apontam, nesse contexto, o Brasil como exemplo. Tomando os últimos quinze anos e as medidas governamentais adotadas, os autores avaliam positivamente a experiência brasileira de redução de desigualdades aliadas ao crescimento econômico experimentado. Entretanto, cumpre fazer a necessária consideração de que a obra, nesse particular, mostra-se desatualizada frente ao atual momento de crise econômica e instabilidade política que o Estado brasileiro enfrenta.

V – Em seguimento do colóquio, os autores discorrem acerca de uma pluralidade temática que é tão interessante quanto necessária em tempos de austeridade econômica. As necessárias mudanças políticas em relação às desigualdades de rendimentos, a importância da educação e do investimento no ensino público, o *Bitcoin* e a concepção de um sistema monetário digital, a evolução da economia chinesa e a recuperação da economia europeia são abordados.

Assim, fazendo jus ao nome, a obra se constitui como fundamental *debate sobre a desigualdade e o futuro da economia*, que indubitavelmente merece ser lido. Trata-se de verdadeiro contributo à análise dos problemas socioeconômicos da atualidade e permite uma intensa reflexão sobre questões-chave para a afirmação do *direito ao desenvolvimento*<sup>4</sup>. As teses defendidas pelos três autores nitidamente buscam a orientação e promoção de conhecimento útil para gestores públicos e geridos (leia-se: cidadãos). Salientando-se, em derradeiro, que como bem afirma Krugman (p. 49-50), é no campo da educação que as desigualdades serão minimizadas e a economia se aperfeiçoará.

---

<sup>4</sup> “Direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados”, nos termos da *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento*, adotada pela Revolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 04 de dezembro de 1986.